

CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2023

CONTRATO DE RATEIO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLICLÍNICA REGIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TIANGUÁ E O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA.

Pelo presente, de um lado, o **MUNICÍPIO DE TIANGUÁ**, doravante denominado **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 07.735.178/0001-20, com sede estabelecida na Av. Moisés Moita Nº. 785, Planalto, como Ente Governamental membro do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **LUIZ MENEZES DE LIMA, CPF 066.531.627-53**, por força da ratificação do Protocolo de Intenções pela Lei Municipal No. 542, de 06 de maio de 2009, e, em consonância com o disposto na Cláusula Décima Primeira e sua Sub-Cláusula Única, e, de outro, o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI**, doravante denominado **CONTRATADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 11.210.107/0001-80, com sede na Rodovia CE-187, KM 02, Bairro Frecheiras, Tianguá-CE, CEP 62.320-000, neste ato representado por seu Presidente ao final assinado, Sr. **Marcos Antônio da Silva Lima, CPF nº 383.479.033-87**, têm os partícipes entre si justos e acertado, com inteira sujeição à Lei Federal nº. 8.666/93, à Lei Federal nº. 11.107/2005, ao Decreto Federal nº. 6.017/2007, ao Estatuto do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, ao Protocolo de Intenções ratificado pela **Lei Municipal de Tianguá No. 542/2009**, do **CONTRATO PROGRAMA 002/2023** já firmado entre as partes, e nas cláusulas delineadas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente **CONTRATO DE RATEIO**, se regerá pelo disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art. 13 e ss. do Decreto Federal nº 6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na **Lei Municipal de Tianguá No. 542/2009** Ratificadora do Protocolo de Intenções do Consórcio Público; no Estatuto do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba-CPSI; no **CONTRATO PROGRAMA 002/2023** já firmado entre as partes, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

Constitui-se como Objeto do presente **CONTRATO DE RATEIO**, a definição das regras e critérios de participação do **CONTRATANTE** junto ao **CONTRATADO**, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando ocorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo consórcio de acordo com o definido no **CONTRATO PROGRAMA 002/2023** pela transferência do Contratante ao Contratado, da gestão da Policlínica Regional de Tianguá, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde no fortalecimento do Programa de Expansão e Melhoria da Atenção Especializada, na Microrregião de Saúde de Tianguá, e, na manutenção das demais atividades de funcionamento do Consórcio Público, nos termos do Protocolo de

Intenções ratificado pela **Lei Municipal de Tianguá No. 542/2009** e respectivo Estatuto do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba-CPSI.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

O **CONTRATANTE**, para o **Exercício Financeiro de 2023** assegura ter consignado Dotação na sua **Lei Orçamentária Anual-LOA 2023**, e caso não disponha, fica comprometido com a devida inclusão através de Crédito Adicional Especial na sua Lei Orçamentária em alcance, da dotação suficiente para ocorrer com as despesas assumidas através do presente **CONTRATO DE RATEIO 2023**.

Parágrafo Único – O Contratante deverá informar sobre a respectiva Lei Orçamentária Anual juntamente com os Anexos correspondentes, e/ou do respectivo Crédito Adicional Especial, objeto desta Clausula, fornecendo cópia ao Consórcio, no prazo de 90 (noventa) dias da data de assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR COTA-PARTE CONTRATO RATEIO do CUSTEIO e FORMA REPASSE:

Sub-Cláusula Primeira – Dimensionamento do Valor do Custeio do Rateio Municipal 2023:

Conforme regras estabelecidas no Contrato de Programa, inerente ao rateio proporcional das obrigações financeiras para ocorrer com as despesas das atividades da POLI-R e do Consórcio, o **CONTRATANTE** fica comprometido perante o **CONTRATADO** sobre valor total anual de **R\$ 1.075.709,28 (um milhão e setenta e cinco mil, setecentos e nove reais e vinte e oito centavos)**, em **12 (Doze)** parcelas mensais iguais de **R\$ 89.642,44 (oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos)**.

Sub-Cláusula Segunda – Cronograma e forma do Repasse Mensal:

O período de Repasses dos valores mensais estabelecidos neste Contrato de Rateio tem início na competência no **mês de JANEIRO de 2023**, e término na competência do mês de **DEZEMBRO de 2023**, devendo ser creditado em favor do **CONTRATADO**, até o dia 10 (dez) de cada mês de competência, na Conta Bancária da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: AGÊNCIA 0785-IBIAPABA (Tianguá), Conta Corrente No. 504-3 Op. 006**

Sub-Cláusula Terceira - Da autorização ao Contratado para prover Retenção no ICMS:

Por força deste Contrato de Rateio, conforme autorização contida na Sub-Cláusula Única, da Cláusula Décima Primeira do Protocolo de Intenções Ratificada pela Lei Municipal de Tianguá No. 542/2009, o **CONTRATANTE** autoriza o **CONTRATADO** a prover os créditos das parcelas mensais estabelecidas no caput desta Cláusula, mediante sua apresentação perante a **Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ/CE)**, e solicitar a retenção dos valores que faz jus, nos recursos do ICMS

Mensal do Município de Tianguá, a partir da competência do mês de **JANEIRO/2023**.

Sub-Cláusula Quarta – Da autorização para Retenção pela SEFAZ/CE no ICMS:

Por força deste Contrato de Rateio, na conformidade da autorização contida na SubCláusula Única, da Cláusula Décima Primeira do Protocolo de Intenções Ratificada pela Lei Municipal de Tianguá No. 542/2009, o **CONTRATANTE** autoriza a **Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ/CE)**, a promover a retenção do valor de **89.642,44 (oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos)**, correspondente de cada parcela mensal até o dia 10 do mês de cada competência, nos recursos do ICMS Mensal do Município de Tianguá, e proceder à Crédito em favor da conta bancária Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba-CPSI (Contratado), na **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: AGÊNCIA 0785-IBIAPABA (Tianguá), Conta Corrente No. 504-3 Op. 006**

CLÁUSULA QUINTA – ANEXOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Sub-Cláusula Primeira - É parte integrante deste Contrato de Rateio, os seguintes Anexos:

ANEXO I - Planilha RATEIO ANO 2023 – CUSTEIO POLICLÍNICA DA IBIAPABA - EM 12 PARCELAS.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES, ADITIVOS E DISTRATOS:

Sub-Cláusula Primeira – Do caráter irrevogável e Distrato:


Os repasses na forma disposta nas Cláusula Terceira, Quarta e Quinta e suas respectivas sub-cláusulas, são de caráter irrevogável até o seu cumprimento total, salvo mediante Distrato/Rescisão deste Contrato, obrigatoriamente, com anuência em assembleia de todos os partícipes, ficando assegurado a manutenção do equilíbrio financeiro do **CONTRATO PROGRAMA 002/2023**, objeto deste Contrato de Rateio.

Sub-Cláusula Segunda – Das Alterações de Valores ou Cronograma:

Quaisquer alterações de valores ou do cronograma de desembolso/repasses, na forma disposta na Cláusula Terceira, Quarta e Quinta e suas respectivas subcláusulas não são serão permitidas nem promovidas, salvo disposição mediante "Termo Aditivo" e/ou outro documento que o substitua, obrigatoriamente, com anuência em assembleia de todos os partícipes, ficando assegurado a manutenção do equilíbrio financeiro de **CONTRATO PROGRAMA 002/2023**, objeto deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - Entregar recursos ao CONTRATADO somente mediante o estabelecido no presente **CONTRATO DE RATEIO**;



MARCOS ANTONIO
DA SILVA
LIMA3837903387

Assinado eletronicamente pelo(a) MARCOS ANTONIO DA SILVA em 10/01/2023 às 14:05:00
CPF: 03837903387

II - Exigir, isoladamente ou em conjunto com os demais consorciados, o pleno cumprimento das obrigações previstas no presente CONTRATO DE RATEIO, quando na condição de adimplente;

III - Ter assegurado o correspondente Crédito Orçamentário, à conta da Dotação na Lei Orçamentária Anual do Município, e/ou fazer constar, no prazo de 30 (trinta) dias da data de assinatura deste instrumento, inserindo-o através de Crédito Adicional Especial, na qual ocorrerão as despesas com obrigações financeiras assumidas por força deste Contrato de Rateio.

IV - Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto na Cláusula Quarta e suas subcláusulas;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

I- Aplicar os recursos oriundos do presente Contrato de Rateio na consecução dos objetivos definidos no Contrato de Programa, observadas as normas da contabilidade pública;

II - Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;

III - Informar, mensalmente, as despesas realizadas em face dos recursos entregues pela CONTRATANTE com base no presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA:

Para os efeitos deste **Contrato de Rateio**, a vigência inicia na data de sua assinatura, para ocorrer com despesas do **CONSÓRCIO** e da **POLICLÍNICA-R** referente ao **Exercício de 2022**, em estrita observância a legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado e nunca superior as dotações que o suportam.

Sub-Cláusula Única – O prazo de vigência previsto no *Caput* desta Cláusula poderá ser prorrogado, caso haja despesas custeadas por tarifas, por outros preços públicos ou por ações contempladas em Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO DO CONSORCIADO:

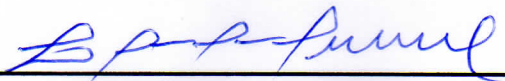
Conforme a Cláusula Décima Sexta e sua Sub-Cláusula Segunda, do Protocolo de Intenções Ratificado pela **Lei Municipal de Tianguá No. 542/2009**, a retirada do ente da Federação do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante, na forma previamente disciplinada por lei do próprio ente federado, a ser comunicado à Assembléia Geral, conforme determinado no Estatuto do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba-CPSI, ciente de que por força deste Contrato de Rateio, a retirada ou a extinção do consórcio público, não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programas e contratos de rateios, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das obrigações já cumpridas pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

Para dirimir eventuais dúvidas, controvérsias, excessos e/ou omissões deste Contrato de Rateio, os partícipes elegem o foro da Comarca de Tianguá, Estado do Ceará, renunciando a quaisquer outros.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente Contrato de Rateio em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para que surta os devidos efeitos legais.

Tianguá-CE, 02 de Janeiro de 2023.



Luiz Menezes De Lima
CPF 066.531.627-53
Prefeito Municipal de Tianguá
CONTRATANTE

MARCOS ANTONIO DA SILVA
LIMA:38347903387

Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO DA SILVA LIMA:38347903387
Dados: 2023.01.09 16:09:38 -03'00'

Marcos Antônio da Silva Lima
CPF 442.736.813-15
Presidente do Consórcio - CPSI
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____
(Assinatura)

(CPF)

2. _____
(Assinatura)

(CPF)

ANEXO I - Planilha RATEIO ANO 2023 – CUSTEIO POLICLÍNICA DA IBIAPABA - EM 12 PARCELAS



**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SEADE
REPASSE FINANCEIRO DA POLICLÍNICA DA ADS TIANGUÁ (TIPO 2)**

Fontes: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ
PORTARIA Nº PR-268, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		60% do custeio da POLI 2		ICMS (jan - dez 2022)		VALOR DO RATEIO (até 10% do ICMS)		CUSTO REAL A SER PAGO PELOS MUNICÍPIOS (MENSAL)
	TOTAL	% POPULAÇÃO	Custo Médio MENSAL a ser pago pelos municípios	Custo Médio ANUAL a ser pago pelos municípios	TOTAL do ICMS	MÉDIA Mensal do ICMS	Custo Médio Mensal a ser pago pelos Municípios	Custo ANUAL a ser pago pelos Municípios	
Carnaubal	17.763	5,47%	R\$ 20.649,70	R\$ 247.796,36	R\$ 5.030.051,73	R\$ 419.170,98	R\$ 41.917,10	R\$ 503.005,17	R\$ 20.649,70
Croátá	18.201	5,61%	R\$ 21.158,88	R\$ 253.906,52	R\$ 6.854.565,93	R\$ 571.213,83	R\$ 57.121,38	R\$ 685.456,59	R\$ 21.158,88
Guaraciaba do Norte	40.921	12,60%	R\$ 47.571,14	R\$ 570.853,73	R\$ 8.773.172,28	R\$ 731.097,69	R\$ 73.109,77	R\$ 877.317,23	R\$ 47.571,14
Ibiapina	25.165	7,75%	R\$ 29.254,61	R\$ 351.055,30	R\$ 8.914.377,73	R\$ 742.864,81	R\$ 74.286,48	R\$ 891.437,77	R\$ 29.254,61
São Benedito	48.354	14,89%	R\$ 56.212,09	R\$ 674.545,13	R\$ 9.656.329,42	R\$ 804.694,12	R\$ 80.469,41	R\$ 965.632,94	R\$ 56.212,09
Tianguá	77.111	23,75%	R\$ 89.642,44	R\$ 1.075.709,34	R\$ 19.907.164,63	R\$ 1.658.930,39	R\$ 165.893,04	R\$ 1.990.716,46	R\$ 89.642,44
Ubajara	35.295	10,87%	R\$ 41.030,85	R\$ 492.370,23	R\$ 13.784.895,27	R\$ 1.148.741,27	R\$ 114.874,13	R\$ 1.378.489,53	R\$ 41.030,85
Viçosa do Ceará	61.916	19,07%	R\$ 71.978,08	R\$ 863.736,94	R\$ 6.777.123,41	R\$ 564.760,28	R\$ 56.476,03	R\$ 677.712,34	R\$ 71.978,08
TOTAL	324.726	100,00%	R\$ 377.497,80	R\$ 4.529.973,55	R\$ 79.697.680,40	R\$ 6.641.473,37	R\$ 664.147,34	R\$ 7.969.768,04	R\$ 361.995,75

FONTE	Valor do Repasse PROGRAMADO 2023 (100%)		VALOR REAL PROGRAMADO PARA 2023	
	% CUSTEIO	MENSAL (R\$)	MENSAL (R\$)	ANO (R\$)
Custeio Estadual	40,00%	R\$ 251.665,20	R\$ 267.167,25	R\$ 3.206.006,97
Custeio Municipal	60,00%	R\$ 377.497,80	R\$ 361.995,75	R\$ 4.343.948,95
Custeio Federal				
TOTAL DO CUSTEIO	100,00%	R\$ 629.162,99	R\$ 629.162,99	R\$ 7.549.955,92

PAGAMENTO	VALOR DO ESTADO	
	MENSAL	ANUAL
40% Conforme acordado	R\$ 251.665,20	R\$ 3.019.982,37
Valor acima de 10% do ICMS dos Municípios assumido pelo Estado	R\$ 15.502,05	R\$ 186.024,60
TOTAL	R\$ 267.167,25	R\$ 3.206.006,97